

DIREITOS HUMANOS: Relatório desmente alegadas violações

16 Dezembro 2016

O GOVERNO chamou ontem a Imprensa para divulgar o relatório sobre as alegadas violações dos Direitos Humanos na província de Tete, na sequência da instabilidade militar nos distritos de Moatize e Tsangano. O relatório concluiu que as informações postas a circular sobre o facto não correspondem à verdade.

Devido às acções dos homens armados da Renamo várias pessoas das povoações de Ndande e Mondjo, na localidade de Nkondezi, foram obrigadas a emigrar para o vizinho Malawi em busca de refúgio, mas neste momento estão a regressar em massa, graças ao retorno da estabilidade nas zonas de origem.

Na mesma altura, relatos postos a circular pelos órgãos de informação nacionais e estrangeiros, aliadas ao relatório publicado pela organização Human Rights Watch e um vídeo da BBC exibindo imagens testemunhando a ocorrência de alegadas violações dos Direitos Humanos, levaram o Governo moçambicano a investigar e esclarecer o fenómeno.

As alegações davam conta de supostas execuções sumárias, abusos sexuais, maus tratos, incêndio de casas e destruição de machambas, alegadamente perpetrados pelas Forças de Defesa e Segurança.

Do trabalho efectuado no terreno a comissão mandatada pelo Governo, liderada pelo Vice-Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religioso, Joaquim Veríssimo, constatou que as alegações evocadas não constituíam à verdade, mas que a deslocação de pessoas deveu-se à instabilidade provocada pelas acções da Renamo.

A missão, que integrava ainda quadros dos ministérios do Interior, Administração Estatal e Função Pública, Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados, do Gabinete de Informação e do Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique, falou com pessoas nos locais indicados mas nada constatou relacionado com o que era relatado.

O Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Isac Chande, disse à Imprensa que das averiguações efectuadas e das conversas realizadas constatou-se que não existia nenhuma

prova que sustentasse execuções sumárias por parte das FDS, nem casas queimadas, muito menos abusos sexuais.

De acordo com o ministro, o que se verificou é que houve relatos de pessoas raptadas pelos homens armados, para além de que o perfil descrito no relatório da Human Rights Watch não coincide com os princípios e missão das FDS, que se preocupam em proteger e garantir a ordem e segurança públicas.

“A comissão não constatou nenhuma situação de residências queimadas e, pelo contrário, o que verificou foi a existência de muita produção de milho, amendoim e outras culturas prontas a serem colhidas e algumas casas inabitadas mas intactas, o que revela um clima de tranquilidade”, disse Chande, acrescentando que o Governo continuará a acompanhar a situação de segurança nas zonas afectadas pelas incursões de desestabilização da Renamo.

Relativamente à questão dos refugiados no Malawi, Isac Chand disse que o Governo mandou o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Oldemiro Baloi, para recolher factos reais sobre o êxodo populacional e as condições em que se encontram acolhidos os moçambicanos nos dois centros no Malawi que, segundo a ACNUR chegavam a 11.575 refugiados no princípio do ano.

Concluiu-se que as bolsas de fome devido à seca e as acções combinadas das FDS para repor a segurança perturbada pelos homens armados da Renamo teriam levado algumas pessoas a se refugiarem no Malawi, mas neste momento verifica-se um movimento massivo de regresso voluntário com a restauração da segurança.

Isac Chande deu a conhecer que neste momento apenas um total de 1508 refugiados vivem em comunidades de acolhimento no Malawi. Aponta como razão de retorno voluntário o impacto da mensagem do Governo moçambicano, a crise alimentar que assola aquele país vizinho e a redução em 50 por cento da distribuição de comida por parte do PMA.

<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/63875-direitos-humanos-relatorio-desmente-alegadas-violacoes.html>